

# Antunes Rodrigues & Célia Custódio – SROC, Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

HR.  
&  
L

## Município de Vila Viçosa

### Relatório sobre o trabalho efetuado Auditoria às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- I. Introdução ..... 3
- II. Âmbito ..... 3
- III. Follow-up pontos da Certificação Legal de Contas reportada a 31/12/2021 ..... 5
- IV. Ponto de situação do processo de transição para o SNC-AP ..... 7
- V. Execução Orçamental..... 8
- VI. Análise das principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados ..... 12
  - a. Análise Económico-Financeira ..... 12
  - b. Principais rubricas do Balanço ..... 15
  - c. Principais rubricas da Demonstração de Resultados ..... 24
- VII. Norma de Controlo Interno..... 29
- VIII. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS..... 29
- IX. Considerações Éticas ..... 30
- X. Discussão do trabalho efetuado com o órgão de gestão..... 30

HR  
&  
L

## I. Introdução

No decurso das funções que são atribuídas ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), emitimos o presente memorando, o qual resulta da análise da situação económico-financeira da Câmara Municipal de Vila Viçosa (CMVV), relativa ao ano 2022.

O nosso trabalho foi desenvolvido de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, e demais orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo os procedimentos sido planeados e executados, fundamentalmente, tendo em vista o nosso principal objetivo, que é o de apreciar a situação económico-financeira da CMVV.

Tal como estabelece a alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da já referida Lei, o Auditor Externo tem como competência emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Este documento foi preparado no seguimento dos trabalhos desenvolvidos, sendo reportadas as situações que consideramos relevantes.

É da responsabilidade do Executivo assegurar, tanto quanto praticável, a aderência às políticas de gestão, a manutenção de registos contabilísticos adequados, a salvaguarda dos ativos da Câmara e o cumprimento de leis e regulamentos através de sistemas e controlos apropriados.

A nossa responsabilidade consiste na emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras e orçamentais com referência a 31 de dezembro de 2022.

## II. Âmbito

Tal como já referido, o âmbito da nossa intervenção está contemplado na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Para tal, foram planeados e desenvolvidos os testes considerados adequados para a nossa intervenção. Tais procedimentos passaram por:

- i) Reuniões com os responsáveis dos departamentos que consideramos relevantes no relato financeiro;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Câmara;
- iii) Verificação da conformidade dos registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- iv) Obtenção do conhecido dos sistemas de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de despesa (compras, pessoal e imobilizado), receita e tesouraria, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
- v) Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos (não exaustivos):
  - a. Validação do saldo de abertura e dos dados comparativos reportados a 31/12/2021;
  - b. Análise e teste das reconciliações bancárias reportadas a 31 de dezembro de 2022;

- c. Cruzamento da informação obtida do site do Banco de Portugal;
  - d. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE;
  - e. Análise e testes às principais rubricas de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção à aplicação ao princípio do acréscimo;
  - f. Análise da execução orçamental da Câmara e validação dos critérios previsionais utilizados na preparação do Orçamento inicial;
  - g. Confirmação da adequada aprovação de todas as alterações e modificações orçamentais existentes durante o ano de 2022;
  - h. Avaliação do cumprimento do endividamento;
  - i. Avaliação do cumprimento da lei dos compromissos assumidos e pagamentos em atraso;
- vi) Leitura das atas existentes até à data de referência.

Este trabalho permitiu fazer uma previa avaliação ao risco e às áreas de risco, a considerar no nosso trabalho reportado a 31/12/2022, cujo objetivo é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras e orçamentais do Município.

Desta análise, foram consideradas como de risco as seguintes matérias e respetivas asserções associadas:

- Reconhecimento dos Rendimentos - nas asserções da plenitude e apresentação;
- Derrogação dos controlos por parte do Executivo, aferindo-se a idoneidade e a postura da gestão perante a organização e dos riscos associados ao facto de estar numa posição privilegiada de poder derrogar os controlos instituídos;
- Gastos com Pessoal – nas asserções da plenitude e corte de operações;
- Cumprimento das Leis de Regulamentos, nomeadamente nas regras de execução orçamental, contratação pública e procedimentos associados ao branqueamento de capitais;
- Ativos Fixos Tangíveis – nas asserções da integralidade e valorização;
- Financiamentos – na asserção da apresentação (entre corrente e não corrente);
- Saldos iniciais – no âmbito de ser este o primeiro ano em que a nossa firma irá desenvolver os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas, tendo que tomar conhecimento dos dados comparativos;
- Saldos iniciais no âmbito da transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP), para garantir a adequada transição de saldos e apuramento dos ajustamentos de transição.

Apresentamos de seguida as conclusões e situações que consideramos relevantes levar ao conhecimento de V. Exas.

# Antunes Rodrigues & Célia Custódio – SROC, Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## III. Follow-up pontos da Certificação Legal de Contas reportada a 31/12/2021

Tendo em conta a Certificação Legal das Contas reportado a 31/12/2021, emitida em 22 de abril de 2022, apresentamos de seguida o ponto de situação dos pontos que foram objeto de modificações da opinião:

Pontos da CLC em 2021	Ponto de situação nesta data
Existem contratos de concessão que caem no âmbito da NCP 4. Contudo, o Município não tem disponível informação, por parte da entidade concessionária, considerada relevante, para o reconhecimento dos ativos de concessão a ele associados e respetiva contrapartida.	Estas situações mantem-se inalterada nesta data. A informação disponibilizada pela E-Redes nesta data é insuficiente para se efetuar o respetivo reconhecimento.
Não foi possível efetuar em tempo útil o inventário de todos os bens imóveis e móveis propriedade do Município ou em seu controlo, ajustar a valorização e vida útil daqueles que, estando em uso, apresentam valor líquido nulo ou não se encontrando em uso apresentam valor líquido.	Durante o ano de 2022 foram identificados os imóveis com valor zero, e após reunião com a Comissão de avaliação foi atribuído valores (VPT) aos mesmos. No entanto, para os restantes bens ainda se encontram em trabalho de avaliação para verificar a necessidade de atualização dos mesmos.
Em 2020, no âmbito da implementação do SNC-AP e transição do CIBE para o CC2, foi redefinida a vida útil dos imóveis, com impacto na redução do Ativo e do Património Líquido em 2.606.000 euros, sendo que cerca de 1.340.000 euros respeita a imóveis em uso que ficaram com valor líquido contabilístico nulo, pelo que importa reapreciar o processo de transição para o CC2 e, com base nos critérios de revisão de vida útil previstos no paragrafo 51 da NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, reavaliar o valor e vida útil desses imóveis.	Já foram regularizadas algumas situações na sequência de reunião da Comissão de avaliação. No entanto, o Município ainda se encontra a efetuar trabalhos de análise dos restantes imóveis. Este trabalho implicará, igualmente, a uma reanálise das vidas úteis associadas a cada um dos imóveis, com impactos nas respetivas depreciações. As infraestruturas não foram ainda objeto de inventariação, mensuração e revisão das respetivas vidas úteis.

Avenida António Augusto de Aguiar, 19 – 1º Esq.  
1050-012 Lisboa - PORTUGAL  
Tel.: + 351 213 146 434  
Fax: +351 213 149 292  
Email: [geral@antunesrodrigues.pt](mailto:geral@antunesrodrigues.pt)  
[www.arcc-sroc.pt](http://www.arcc-sroc.pt)

11/08  
R.F.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

<p>O Município evidencia no Ativo Fixo Tangível, em edifícios e outras construções, imóveis que incluem o valor do terreno, encontrando-se o mesmo a ser indevidamente depreciado. É necessário fazer o levantamento exaustivo dos imóveis nesta situação, com vista à individualização do valor dos terrenos e reversão daquelas depreciações.</p>	<p>Já foram regularizadas algumas situações na sequência de reunião da comissão de avaliação, nomeadamente o Edifício GNR e Edifício da Música.</p>
<p>Do confronto efetuado entre o saldo de Clientes, contribuintes e utentes, 268.771 euros, identificaram-se diferenças para mais na contabilidade de 129.000 euros, por reconciliar pelos serviços.</p>	<p>Do confronto efetuado entre o saldo de Clientes, contribuintes e utentes (débito #21 de 691.542,74 euros), identificaram-se diferenças com os mapas das dívidas (coletivos, individuais, águas) dos softwares de faturação (totalizam 561.606,39 euros). Assim, a diferença apurada entre é de 129.936,35€, em 31/12/2022.</p> <p>De acordo com os serviços da área da contabilidade, não se conseguiu ainda identificar o motivo para esta divergência. O Município irá durante o ano 2023 analisar esta questão.</p>
<p>Com base na circularização da CIMAC, identificou-se uma divergência entre a dívida reconhecida por aquela entidade e o saldo refletido nas contas do Município, no valor de 293.000 euros, corresponde a valores em dívida confirmado pelo fornecedor, não reconhecido pelo Município.</p>	<p>No nosso processo de circularização de saldos, obtivemos resposta do fornecedor, a qual evidencia um saldo de 264.473,98 euros, quando o Município não apresenta qualquer valor a pagar.</p>
<p>Encontra-se referida a não aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão.</p>	<p>Durante o ano de 2022 o Município efetuou um esforço para implementar a NCP 27, já sendo possível retirar do sistema um balancete da contabilidade de gestão onde se encontram refletidos as receitas e pagamentos. Com base neste balancete o Município já preparou alguma informação no seu relatório de gestão para dar cumprimento da Norma, mas não toda a que é referida na norma já referida.</p>

# Antunes Rodrigues & Célia Custódio – SROC, Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

MPO.  
&  
L

## IV. Ponto de situação do processo de transição para o SNC-AP

O Município de Vila Viçosa optou pela aplicação da possibilidade que o normativo internacional (IPSA 33) para um período de transição de 3 anos.

Esta ano de 2022 é o último ano em que o Município pode efetuar ajustamentos associados à transição para o novo normativo.

Foram assim efetuados ajustamentos na conta 564- *Ajustamentos de transição para o SNC-AP*, durante o ano de 2022, que se resumem de seguida:

OBSERVAÇÕES	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
<b>Ajustamentos de transição 56,4</b>	<b>2.571.447,95 €</b>		<b>2.571.447,95 €</b>
Valorização de bens imóveis de acordo com Comissão de Avaliação e C.I.nº 45/2023	21.960,12 €	1.143.802,90 €	1.449.605,17 €
REGULARIZAÇÃO DO VALOR DOS CUSTOS REFERENTES AO ABATE DOS BENS EDIFÍCIO DA GNR E DA MÚSICA, NA SEQUÊNCIA DO PROCESSO DE REAVALIAÇÃO (CI 45/2022) PARA AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	911.616,43 €	- €	2.361.221,60 €
REGULARIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS NL 5623 E 5624 DA 56.2 PARA A 56.4 AJUSTAMENTOS	- €	271.830,14 €	2.089.391,46 €
	<b>3.505.024,50 €</b>	<b>1.415.633,04 €</b>	<b>2.089.391,46 €</b>

A valorização dos bens imóveis de acordo com a Comissão de Avaliação C.I.Nº 45/2023 reflete o reconhecimento dos bens que se encontravam com valor nulo, e outros com valor desatualizado, tendo sido valorizados ao VPT.

O movimento a débito de 933.576,55 euros é referente ao desreconhecimento dos montantes reconhecidos no Município, para posterior reconhecimento pelo VPT.

Contempla também o reconhecimento de 271.830,14 euros, que reflete o reconhecimento de regularizações das depreciações da escola primária do Carrascal e da escola das Vinhas Velhas, as quais já se encontravam no inventário do Município tendo sido efetuada, para uma, a escritura de justificação de propriedade e a outra valorizou-se pelo VPT.

Contudo, ficaram ainda pendentes de ajustamento as seguintes situações:

- Valorização e vidas úteis associados a bens móveis em estado de uso com valor líquido contabilístico nulo (FAQ 25 e FAQ 44 emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística);
- Valorização de alguns imóveis pelo seu VPT. Neste exercício apenas foram ajustados os imóveis que tinham o valor contabilístico nulo.
- Verificação do cumprimento do estabelecido na NCP 5 quanto ao reconhecimento / desreconhecimento das infraestruturas;
- Inventariação das infraestruturas e revisão da sua mensuração e vidas úteis;
- Reconhecimentos a efetuar no âmbito da aplicação na NCP 4 – Contratos de Concessão de serviços.

As situações acima identificadas poderão originar impactos relevantes no Ativo, Passivo e Capitais Próprios do Município, situação que à presente data não conseguimos quantificar.

## V. Execução Orçamental

### A. Análise orçamental

Tendo por base a informação disponibilizada sobre a execução do orçamento, foram desenvolvidos os procedimentos considerados oportunos para verificação das leis e regulamentos associados à preparação do orçamento inicial, assim como sobre a respetiva execução.

A Análise do orçamento inicial foi efetuado no relatório emitido relativo à análise económico-financeira a 30/06/2022, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido.

#### a. Análise à execução orçamental do ano

##### Execução da Receita:

Tendo por base os mapas de execução orçamental da receita e da despesa reportados a 31 de dezembro de 2022, apresentam-se as principais notas relativas a essa execução, comparando-se com o período homólogo.

Da análise efetuada, verificamos que a execução global do orçamento da receita corrente a 31 de dezembro de 2022 é de 94%, inferior em 2% face ao período homólogo. Em termos de valor, houve um aumento de 2.095.067,59 euros de receita comparativamente a 31 de dezembro de 2021.

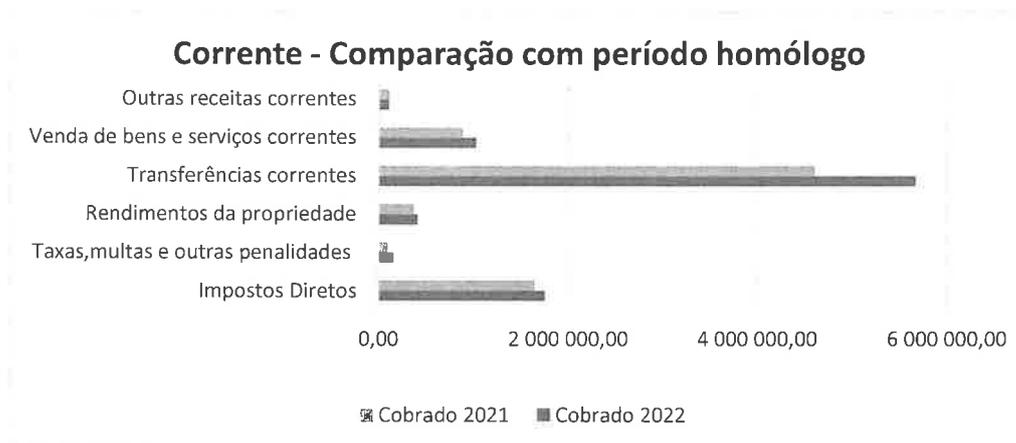
Em relação ao que foi cobrado da receita a 31 de dezembro de 2022, comparado ao período homólogo, existiu um aumento de 2.173.168,38 euros, sendo que as rubricas que tiveram um maior impacto foi a rubrica 06 – Transferências correntes, 10 – Transferências de capital e 16 – Saldo de gerência anterior.

A repartição entre corrente, capital e outros é a seguinte:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Previsões Corrigidas	Cobrado	% Execução	Previsões Corrigidas	Cobrado	% Execução
Corrente	9.789.304,42	9.157.121,48	94%	8.086.181	7.735.502	96%
Capital	2.210.007,12	1.530.225,98	69%	2.132.968	1.058.769	50%
Outros	1.767.909,57	1.712.880,69	97%	1.453.005	1.432.789	99%
	<b>13.767.221,11</b>	<b>12.400.228,15</b>	<b>90%</b>	<b>11.672.154</b>	<b>10.227.059,77</b>	<b>88%</b>

MR.  
L

Relativamente às receitas correntes, as que apresentam maior peso respeitam a transferências correntes e impostos diretos, tal como se verifica no gráfico seguinte:



Comparativamente com o período homólogo, as rubricas onde se verificou um maior crescimento foram:

- Transferências correntes, com um aumento de 1.069.279,26 euros;
- Transferências de Capital, com um aumento de 723.062,84 euros.

**Execução da Despesa:**

Relativamente à execução da despesa verifica-se que, no global, uma execução inferior à verificada no período homólogo.

31-12-2022					31-12-2021		
Agrup	Descrição	Dotações Corrigidas	Pago	%	Dotações Corrigidas	Pago	%
01	Despesas Com o Pessoal	4.548.499,00	4.037.462,83	89%	3.716.930,00	2.929.303,61	79%
02	Aquisição De Bens E Serviços	3.515.607,42	2.699.868,40	77%	2.846.738,51	2.213.189,19	78%
03	Juros E Outros Encargos	30.476,00	25.709,09	84%	39.266,00	26.667,61	68%
04	Transferências Correntes	1.151.393,00	952.651,22	83%	892.788,00	704.543,73	79%
05	Subsídios	3,00	0,00	0%	3,00	0,00	0%
06	Outras Despesas Correntes	201.609,49	178.952,19	89%	155.334,00	144.016,80	93%
07	Aquisição De Bens De Capital	3.972.828,20	1.342.747,82	34%	3.683.602,01	2.199.934,14	60%
08	Transferências De Capital	53.394,00	5.499,11	10%	34.192,00	13,85	0%
09	Ativos financeiros	3,00	0,00	0%	6.371,00	6.367,00	100%
10	Passivos Financeiros	293.402,00	287.036,05	98%	296.923,00	290.216,27	98%
11	Outras Despesas Capital	6,00	0,00	0%	6,00	0,00	0%
<b>Total</b>		<b>13.767.221,11</b>	<b>9.529.926,71</b>	<b>69%</b>	<b>11.672.153,52</b>	<b>8.514.252,20</b>	<b>73%</b>

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A repartição entre corrente, capital e outros é a seguinte:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Dotações Corrigidas	Pago	%	Dotações Corrigidas	Pago	%
Corrente	9.447.587,91	7.894.643,73	84%	7.651.059,51	6.017.720,94	79%
Capital	4.319.627,20	1.635.282,98	38%	4.021.088,01	2.496.531,26	62%
Outros	6,00	0,00	0%	6,00	0,00	0%
	<b>13.767.221,11</b>	<b>9.529.926,71</b>	<b>69%</b>	<b>11.672.153,52</b>	<b>8.514.252,20</b>	<b>73%</b>

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 84%, superior em 5 p.p em relação à do período homólogo.

Na despesa de capital, verificou-se uma taxa de execução de 38%, tendo existido uma diminuição de 24 p.p em relação ao período homólogo.

Relativamente aos compromissos assumidos, verificou-se um aumento de 7% face a igual período do ano anterior, tendo o aumento sido mais significativo na rubrica de despesas com o pessoal.



**b. Alterações orçamentais**

Da análise efetuada verificámos que as modificações orçamentais foram aprovadas por entidade competente.

**B. Regra do equilíbrio**

Comparamos a execução orçamental da receita corrente (bruta) com a execução da despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo e verificamos que o equilíbrio previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, está a ser cumprido em 2022.

Pro.  
R.  
J.

**C. Mapa de fluxos de caixa**

O Mapa de Fluxos de Caixa apresenta um saldo orçamental de 2.908.515,99 euros, consistente com o valor apresentado no balancete nas rubricas de caixa e depósitos bancários.

**D. Fundos Disponíveis**

O Mapa de Fundos Disponíveis a 31 de dezembro apresenta um valor de 2.769.716,31 euros. Como tal, todos os compromissos registados até 31 de dezembro estavam em conformidade.

**E. Endividamento autárquico**

Da análise efetuada ao endividamento do Município, com base no artigo 52º da Lei n.º73/2013 e consequentes alterações, o Município encontra-se dentro dos limites de endividamento, ou seja, o total da dívida relativa a operações orçamentais a 31 de dezembro tem uma margem absoluta de 8.296.157,77 euros, sendo a margem utilizável. 20% (de acordo com a alínea b) do nº 3 do art.º 52, no montante de 1.659.231,55 euros,

**F. Contratação Pública**

No âmbito dos procedimentos de auditoria efetuados à Contratação Pública, seleccionámos uma amostra de 19 procedimentos (os de maior valor), com contratos firmados até 31 de dezembro de 2022. A divisão por tipo de procedimento é a seguinte:

Ajuste Direto – 13 procedimentos;

Consulta Prévia – 4 procedimentos;

Concurso Público – 1 procedimento;

Acordo-Quadro - 1 procedimento.

Da análise aos procedimentos apenas temos a reportar o facto do procedimento de uma prestação de serviços de consultoria não ter evidência da confirmação da realização do serviço por parte do gestor de contrato.

**G. Contingências Fiscais**

Não foram identificadas situações a reportar. As declarações obtidas da Autoridade Tributária, e Segurança Social e Caixa Geral de Aposentação não evidenciam a existência de dívidas.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

VI. Análise das principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados

a. Análise Económico-Financeira

O balanço a 31 de dezembro de 2022 apresenta-se abaixo.

**Balanço**

BLC - BALANÇO (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)			
PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
<i>C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS</i>			
<i>S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO</i>			
Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		21.654.340,80 €	18.077.273,92 €
Ativos fixos tangíveis	5	21.345.265,32 €	17.767.584,01 €
Ativos intangíveis	3	79.863,48 €	80.477,91 €
Participações financeiras	18	229.212,00 €	229.212,00 €
Ativo corrente		4.475.866,12 €	3.173.331,82 €
Inventários	10	317.397,40 €	301.208,88 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			898,18 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	246.580,36 €	268.770,73 €
Estado e outros entes públicos	23.2	30.705,21 €	31.952,79 €
Outras contas a receber	23.1	972.244,09 €	813.209,70 €
Diferimentos	23.8	423,07 €	6.992,33 €
Caixa e depósitos	1,18	2.908.515,99 €	1.750.299,21 €
<b>Total Ativo</b>		<b>26.130.206,92 €</b>	<b>21.250.605,74 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		21.929.941,10 €	17.549.539,86 €
Património/Capital	23.10	29.953.948,50 €	29.953.948,50 €
Reservas	23.10	145.690,42 €	145.690,42 €
Resultados transitados	23.10	-15.482.521,40 €	-15.676.683,66 €
Outras variações no património líquido	23.10	7.393.484,69 €	3.414.478,83 €
Resultado líquido do período	23.10	-80.661,11 €	-287.894,23 €
<b>Total Património Líquido</b>	<b>23.10</b>	<b>21.929.941,10 €</b>	<b>17.549.539,86 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente		2.004.354,88 €	2.318.415,60 €
Provisões	15	93.621,97 €	93.621,97 €
Financiamentos obtidos	6,18	1.910.732,91 €	2.224.793,63 €
Passivo corrente		2.195.910,94 €	1.382.650,28 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	8.733,24 €	11.483,24 €
Fornecedores	18	39.162,30 €	56.401,65 €
Estado e outros entes públicos	23.2	621,11 €	72.111,50 €
Financiamentos obtidos	6,18	304.204,34 €	308.995,74 €
Fornecedores de investimentos	18	19.731,79 €	47.559,54 €
Outras contas a pagar	23.1	825.846,99 €	665.251,99 €
Diferimentos	23.8	997.611,17 €	220.846,62 €
<b>Total Passivo</b>		<b>4.200.265,82 €</b>	<b>3.701.065,88 €</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>26.130.206,92 €</b>	<b>21.250.605,74 €</b>

Em termos financeiros, o aumento do ativo é justificado pelo incremento dos ativos não correntes (por via da transição com a atualização do VPT). Assim como o aumento do saldo de Caixa e Depósitos Bancários.

Quanto ao passivo, há uma redução do financiamento bancário, em aproximadamente 318 milhares de euros face ao período homólogo.

No entanto, verifica-se um aumento nas rubricas de outras contas a pagar de 160 milhares de euros, bem como na rubrica de diferimentos de 326 milhares de euros. Os diferimentos estão associados ao reconhecimento de transferências de subsídios ao investimento associados às obras de reabilitação do cine-teatro Florbela Espanca e da envolvente ao campo de jogos e cruzeiro da lapa, que ainda não foram reconhecidos em fundos patrimoniais pelo facto das obras se encontrarem ainda em curso.

Na rubrica de diferimentos está influenciada por um recebimento de 450 mil euros, associados ao acordo celebrado com as Infraestruturas de Portugal, S.A., no seguimento da integração do troço da estrada EN254, entre os km's 0.783 e o km 9.645. O valor recebido pelo Município é para efeitos de comparticipação nas reparações necessárias nesse troço e após indagação junto do Município não existem obras de beneficiação alocadas a esta verba.

No que diz respeito ao património líquido, houve um aumento na rubrica de resultados transitados de 1.105.778 mil euros, que advém da regularização das depreciações de acordo com as atualizações ao VPT, inventariação da escola das Vinhas Velhas e a valorização de bens imóveis de acordo com Comissão de Avaliação.

Verificou-se também um aumento de 3.979.005 mil euros na rubrica de outras variações no património líquido, que resulta essencialmente do processo de transferência de competências na área de educação e saúde sendo o valor dos edifícios transferidos para o Município de Vila Viçosa o valor mais significativo.

**ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**Demonstração de Resultados**

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)				
PERÍODO		ANO		
2022/01/01 - 2022/12/31		2022		
<i>C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS</i>				
<i>S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO</i>				
Rubricas	Notas	Datas		
		2022	2021	
Impostos, contribuições e taxas	14	1.928.705,15 €	1.759.790,57 €	
Vendas	13	801,47 €	2.455,27 €	
Prestações de serviços e concessões	13	1.366.119,70 €	1.289.713,29 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14,23.6	5.801.044,13 €	4.609.966,97 €	
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-314.862,45 €	-389.716,65 €	
Fornecimentos e serviços externos	23.3	-2.352.159,30 €	-1.986.032,62 €	
Gastos com pessoal	19	-4.183.284,21 €	-3.005.174,94 €	
Transferências e subsídios concedidos	23.7	-1.024.739,17 €	-851.361,40 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-11.378,57 €	-31.101,12 €	
Provisões (aumentos/reduções)			3.306,96 €	
Outros rendimentos	13,23.5	278.896,50 €	232.895,44 €	
Outros gastos	23.4	-164.373,15 €	-440.208,48 €	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1.324.770,10 €	1.194.533,29 €	
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1.387.405,99 €	-1.455.838,57 €	
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-62.635,89 €	-261.305,28 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	13	5.689,59 €		
Juros e gastos similares suportados	7	-23.714,81 €	-26.588,95 €	
Resultado antes de impostos		-80.661,11 €	-287.894,23 €	
Resultado líquido do período		-80.661,11 €	-287.894,23 €	

Relativamente ao desempenho económico, quando comparado com o período homólogo, verifica-se uma variação positiva e expressiva nos impostos, nas prestações de serviços e nas transferências e subsídios. No entanto, no lado dos gastos, houve um aumento nos gastos com pessoal, decorrente do processo de descentralização na área da saúde e educação, e nos fornecimentos e serviços externos.

Relativamente aos impostos, o Município ajustou o valor do IMI para efetuar a estimativa de 2022. Nos restantes impostos houve um aumento face ao período homólogo, nomeadamente, no IMT de 41 mil de euros e na Derrama de 56 mil euros.

Quanto às Transferências e Subsídios obtidos, a variação positiva reflete os recebimentos no âmbito da Lei n.º 50/2018, relativas à delegação de competências da educação.

4/20  
8  
2

b. Principais rubricas do Balanço

**ATIVO**

**1. Ativos não correntes**

As principais variações do **ativo bruto** são as seguintes:

Conta	DESIGNAÇÃO	31-dez-21	ADICÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	31-dez-22
<b>Investimentos Financeiros</b>						
41	FAM- Fundo de Apoio Municipal	229.212				229.212
Total dos Investimentos Financeiros		229.212				229.212
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>						
430	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	31.812.152	369.390	96.201		32.085.341
431	Terrenos e recursos naturais	4.646.690	917.489	968.162		4.596.017
432	Edifícios e outras construções	16.340.186	3.734.489	1.693.734		18.380.941
433	Equipamento básico	2.866.073	397.387	54.792		3.208.667
434	Equipamento de transporte	2.485.819	98.304	161.278		2.422.845
435	Equipamento administrativo	660.638	54.994	11.857		703.775
436	Equipamentos biológicos	110.546				110.546
437	Outros ativos fixos tangíveis	789.282	36.988	11.373		814.898
Total dos Ativos Fixos Tangíveis		59.711.386	5.609.041	2.997.397	0	62.323.030
<b>Investimentos em curso</b>						
453	Ativos fixos tangíveis em curso	0				
455	Adiantamento por conta investimentos	820.575	697.156	205.490		1.312.241
Total dos Investimentos em curso		820.575	697.156	205.490	0	1.312.241
<b>Ativos Fixos Intangíveis</b>						
442	Projetos de desenvolvimento	1.308.527,45	42.276			1.350.803
443	Programas de computador e sistemas de informação	187.141,37	9.628			196.770
446	Outros ativos intangíveis	0,00	9.299			9.299
Total dos Ativos Fixos Intangíveis		1.495.669	61.203	0	0	1.556.872
<b>Total do ativo Bruto</b>		<b>62.256.842</b>	<b>6.367.400</b>	<b>3.202.888</b>	<b>0</b>	<b>65.421.355</b>

Verificam-se aumentos no montante de 6.367.400 milhares de euros no ano de 2022, sendo os investimentos mais relevantes os seguintes:

- Equipamento e material de apoio à produção – 100 mil euros, maioritariamente justificados na aquisição de Ecopontos, no montante de 93 mil euros;
- Edifícios e outras construções – 3.734.489 mil euros, resultam essencialmente do processo de transferência de competências na área de educação e saúde referente aos edifícios transferidos.
- Equipamento Básico – 50 mil euros – compra de painel interativo/outdoor
- Infraestruturas – Rodoviárias – 33 mil euros
- No investimento em curso:
  - Cineteatro Florbela Espanca em Vila Viçosa – 600 mil euros
  - Projeto execução Lar S. Romão – 80 mil euros
  - Projeto execução Lar Bencatel – 80 mil euros
  - Reservatório de São Bento em Vila Viçosa – 134 mil euros

### Ativos Fixos Tangíveis

Nesta área há que considerar os pontos já identificados no capítulo III do presente relatório, que deram origem a qualificações de opinião no relatório de auditoria reportado a 31/12/2021. No entanto, gostaríamos de adicionar as seguintes considerações.

Relativamente às adições analisadas na rubrica de infraestruturas rodoviárias (aplicando-se a mesma recomendação para a conta 45.3.2.2.3 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares), identifica-se o reconhecimento individualizado de vários materiais como areia grossa, *tout venant*, brita mármore, entre outras, não existindo uma identificação das redes viárias onde estão a decorrer estas reparações. Os serviços informaram que não existindo uma inventariação destas redes viárias, individualizada no cadastro do património do Município, não é possível fazer a adequada imputação destas benfeitorias às respetivas redes viárias.

Esta situação não nos permite avaliar se de facto estamos perante investimentos de grandes beneficiações, ou de meras intervenções de conservação e reparação, por forma a fazer o adequado enquadramento na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Damos nota que a rubrica de 'Conservação e reparação de ativos fixos, refletida nos gastos do período, apenas contabiliza 5.846 euros, indiciando que todas as despesas com reparações são consideradas no ativo fixo.

As notas de enquadramento do normativo referem que *'A Classe 4 inclui ainda as grandes reparações caracterizadas não só pelo custo das obras a realizar, mas também atendendo ao acréscimo de vida útil ou de produtividade dos bens de investimento em causa.'* Contudo, para ser incluído na classe 4 tem que cumprir os critérios de reconhecimento, que se resume em demonstrar que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem e o custo do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Refere a NCP 5 que *'... uma entidade deve reconhecer na quantia escriturada de um bem do ativo fixo tangível o custo da parte que substitui tal bem quando suportado, se estiverem satisfeitos os critérios de reconhecimento. A quantia escriturada das partes que são substituídas deve ser desconhecida de acordo com as disposições da presente Norma.'*

Desta forma, tratando-se estes fornecimentos de grandes reparações, terão que ser imputadas à respetiva rede viária, demonstrando-se que cumprem os requisitos de reconhecimento, e que não são meras intervenções de conservação e reparação recorrente.

Recomendamos, igualmente, a realização de um trabalho de levantamento e reconhecimento na contabilidade das infraestruturas que são património do Município. Esta inventariação é fundamental para uma adequada imputação dos investimentos que vêm sendo efetuadas nessas infraestruturas, em conformidade com o estabelecido nas normas de contabilidade pública.

De forma a conseguirmos efetuar um teste às taxas de amortização e vida útil das infraestruturas, efetuamos uma amostra para testar algumas destas questões, no qual detetámos divergências de taxas de amortização comparando com a mesma tipologia de bens no CC2. As fichas apresentam inúmeras alterações patrimoniais e acréscimos de vida útil por grandes reparações (algumas delas de valor residual) o que nos impossibilitou chegar a mesma taxa de depreciação utilizada pela CMVV. Assim recomendamos ao Município que efetue um levantamento a essas alterações e que sejam revistas as taxas de depreciação usadas.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

H. P. R.  
J.  
L.

Ativos Intangíveis

A variação face a 31 de dezembro de 2021 apresenta-se de seguida:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021
442	Projetos de desenvolvimento	1.350.803,20	1.308.527,45
443	Programas de computador e sistemas de informação	196.769,84	187.141,37
446	Outros ativos intangíveis	9.298,80	0,00
	<b>Total</b>	<b>1.556.871,84</b>	<b>1.495.668,82</b>

A maior variação prende-se com a aquisição de serviços para a elaboração das ARUS de Bencatel e de S. Romão, e pela aquisição de um Cartig topog imagem completa por Inf. VET Orohidrografia tridimensional, enquadrada na alteração do PDM.

Investimentos em Curso

O detalhe dos investimentos em curso na data de 31/12/2022 é o seguinte:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021
453039	Outras infraestruturas	45.898,66	0,00
453213	Instalações Desportivas e Recreativas	679.990,88	438.016,41
453214	Escolas	9.835,08	0,00
453219	Outros	295.551,92	131.059,01
453222	Iluminação Pública	25.900,00	25.900,00
453223	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	244.064,26	225.599,67
4539	Outros Ativos fixos tangíveis	11.000,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>1.312.240,80</b>	<b>820.575,09</b>

Tal como já referimos, os montantes mais relevantes centram-se nas seguintes obras em curso:

- Cineteatro Florbela Espanca em Vila Viçosa – 600 mil euros
- Projeto execução Lar S. Romão – 80 mil euros
- Projeto execução Lar Bencatel – 80 mil euros
- Reservatório de São Bento em Vila Viçosa – 134 mil euros

Sobre esta temática, recomendamos que sejam definidos procedimentos entre a Divisão de Contabilidade e os serviços responsáveis pelo controlo e gestão dos investimentos em curso por forma a garantir que a informação necessária à transferência do investimento em curso para já concluído chegue à contabilidade de forma tempestiva.

Outro aspeto a melhorar prende-se com a questão da imputação de materiais associados a reparações das redes viárias, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no normativo contabilístico sobre esta situação (ver nota nos Ativos Fixos Tangíveis acima).

M.A.  
L

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Investimentos Financeiros

O valor relevado nas participações financeiras corresponde à participação do FAM – Fundo de Apoio Municipal. Este montante está concordante com a informação da subscrição de capital (Art.º 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), disponível no site do Fundo.

**2. Inventários**

Em 31/12/2022 o detalhe dos montantes relevados em inventários é o seguinte:

Conta	Descrição	31.12.2022
331	Matérias-primas	12.177,41
332	Matérias subsidiárias	117.034,43
335	Alimentação - géneros para confeccionar	1.454,30
33811	Gasóleo	10.311,47
33813	Óleos e Lubrificantes	3.670,04
3382	Ferramentas e Utensílios	6.296,23
3383	Artigos de Higiene e Limpeza	18.658,48
3389	Outros	147.795,04
	<b>Total</b>	<b>317.397,40</b>

As listagens remetidas para justificar os itens inventariados totalizam:

Informação CMVV - Modulo Património		
33.1	Matérias-primas	12 177,41
33.2	Matérias subsidiárias	117 034,43
33.5	Alimentação - géneros para confeccionar	1 454,30
33.8.1.1	Gasóleo	10 311,47
33.8.1.3	Óleos e Lubrificantes	3 670,04
33.8.2	Ferramentas e Utensílios	6 296,23
33.8.3	Artigos de Higiene e Limpeza	18 658,48
33.8.9	Outros	147 795,04
	<b>Total</b>	<b>317 397,40</b>

Não se verificam divergências entre o valor registado no balancete e o montante extraído do módulo de inventários.

Por forma a validarmos a asserção da existência efetuamos o acompanhamento das contagens nos vários armazéns do Município, no dia 5 de janeiro de 2023. Destas contagens deixamos abaixo algumas conclusões, que recaem sobretudo sobre os armazém de obras municipais:

- As condições de utilização e existência física não garantem a salvaguarda dos ativos já que alguns dos itens estão armazenados ao ar livre, em locais de fácil acesso e sem vigilância;
- Identificação de artigos que se afiguram com imparidade;
- Não foi possível identificar os bens que constavam da listagem de inventário com os bens físicos. Não estão organizados de forma a que seja possível fazer uma identificação para as listagens de stock, de forma inequívoca;
- Não nos foram facultados os elementos necessários para efetuarmos o teste à valorização dos inventários, de forma a validarmos o valor reconhecido no balanço;

Recomendamos que haja maior controlo dos stocks através da realização de inventários periódicos, sendo necessário uma prévia organização dos diversos armazém de forma a ser possível efetuar uma adequada alocação dos bens quando confrontada com as listagens que saem de sistema.

Necessário também avaliar a existência de bens passíveis de abate ou constituição de imparidades.

De referir, ainda, que o Município efetua captação de água, que após tratamento é inserido na rede para consumo dos munícipes. O custo de captação de água corresponderá aos custos diretos com energia, produtos de tratamento de águas, os quais se encontram reconhecidos nas rubricas de fornecimentos e serviços externos na demonstração de resultados. Desta forma, a água que possa estar nos reservatórios não está a ser considerada pela Câmara como inventários para venda, e na demonstração de resultados, existem custos que estão reconhecimentos nos fornecimentos e serviços externos e não no custo da água vendida e consumida.

Sobre esta temática, dos levantamentos efetuados aos principais fluxos e transações do Município, identificámos não existir um sistema integrado de monitorização do processo de captação de água, com contadores que registem toda a quantidade de água captada e inserida na rede. Existem, igualmente, falhas ao nível do controlo dos consumos, nomeadamente pelo facto de existirem instalações do Município sem contador (não são apurados autoconsumos). Existem, assim, necessidades de melhoria de todo o processo, que permitam à Câmara monitorizar e controlar as ruturas e consumos não autorizados.

Um dos procedimentos de leitura instituídos é a existência de rotas fixas, em dias fixos. Recomendamos que sejam alteradas essas rotinas, a fim de inserir algum fator de imprevisibilidade neste processo.

### 3. Clientes

A 31 de dezembro de 2022 o valor reportado como dívida de clientes na contabilidade é de 691.542,74€. O valor obtido através do sistema CGI é de 275.322,78€, e de Medidata de Individuais 179.444€ e de coletivos 106.739,61€, apurando, assim, uma diferença entre as duas fontes de informação de 129.936,35€ (aumento esta diferença face a 31.12.2022 em 762,61€).

Esta situação deverá merecer a respetiva averiguação sobre a sua origem por forma a ser regularizada. Desta forma, o ativo encontra-se sobreavaliado em 130 mil euros.

De referir que o valor da receita líquida não cobrada a 31/12/2022 é de 285.199,09 euros no mapa de execução orçamental da receita, divergindo do valor que consta no balancete, a débito, na conta #21, que totaliza 691.542,70 euros.

### 4. Depósitos em Instituições Financeiras

Procedemos à análise das reconciliações bancárias, efetuando o cruzamento com os montantes constantes nos extratos bancários e respostas obtidas ao pedido de circularizações. Uma vez que o balancete agrega as várias contas bancárias por cada uma das instituições financeiras, recomendámos que sejam individualizadas no balancete (por cada conta bancária).

MA  
L

Verifica-se a existência de itens em aberto com alguma antiguidade, facto que nos leva a endereçar uma recomendação para o tratamento e regularização desses itens.

Dessa análise aos itens em aberto com alguma antiguidade, verificamos que o Município tem movimentos em aberto desde 2013, esses valores acumulam até 2019 um saldo de cerca de 8.500 euros. Não foram considerados os movimentos do ano de 2020 uma vez que foi ano de covid o que dificultou o processo das regularizações. Propomos que estes valores sejam analisados e regularizados.

No que diz respeito os restantes itens em aberto identificar 6 valores acima do trivial, pelo que procedemos a verificação dos documentos e foram regularizados em janeiro de 2023.

Do cruzamento da informação extraída da base de dados do Banco de Portugal e os registos contabilísticos, assim como da verificação da constituição do fundo de maneio, não se identificaram exceções a reportar.

Efetuámos o procedimento de acompanhamento de um fecho de tesouraria, não tendo sido identificadas diferenças a reportar.

## PASSIVO

### 5. Provisões Riscos e Encargos

Foi recebida informação do consultor jurídico do Município, indicando os processos em curso a favor e contra a Câmara, não se tendo verificado alterações face a 31 de dezembro de 2021.

A provisão constituída é relativa aos processos abaixo indicados:

Processo	Valor
Proc. Nº 2247/19.7 Beja	13 022,00
Proc. Nº 322/10.2 Beja	15 985,00
Proc. Nº 17/17.6Beja	64614,97
<b>Total Provisões</b>	<b>93 621,97</b>

De referir que a CMVV não está a utilizar a conta #09 Responsabilidades contingentes e contas de controlo, nomeadamente a # 091 - Responsabilidades contingentes pois existem Processos judiciais em curso e a # 092 Cauções não pecuniárias e garantias obtidas.

### 6. Empréstimos obtidos

A rubrica de Financiamentos Obtidos diminuiu em aproximadamente 12%, que equivale a um decréscimo de 291 milhares de euros, justificada pelas amortizações de dívida efetuados durante o ano de 2022.

Apresenta-se no mapa seguinte o detalhe por financiamento:

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

H.R.  
J.  
L.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Variação
EMP.Nº9015006234591-C.CULT./MULT./C.MORT./BAL.C.FU	68 227,36	70 263,13	-2 035,77
1ºConst./Instalação Contentores RSU e Ecopontos Subterrâneos - nº9015008217691	50 672,98	25 266,76	25 406,22
Arrelvamento Campo Futebol V.V. - nº.91400012898991	25 638,59	25 591,30	47,29
1º Biblioteca Municipal - n.º9015004917991	32 670,07	33 167,30	-497,23
Conduta de Água do Furo Nora Pardais - nº003200495672450	3 547,29	3 547,29	0,00
Recup.Cine-Teatro Florbela Espanca - nº003200495672440	4 493,04	4 493,04	0,00
Equipamento Águas - nº003200495737890	10 298,16	10 298,16	0,00
Arrelvamento do Campo de Futebol de Bencatel - nº000304897434096	39 470,37	40 441,26	-970,89
MINI BANCADA PRAÇA TOUROS PARDAIS-EMPRESTIMO Nº0921007348991	3 333,33	3 333,33	0,00
2ºCONTENTORES RSU E ECOPONTOS SUBTERRANEOS-EMP.0921007344791	11 111,11	11 111,11	0,00
ETAR'S DO CONCELHO - EMP. N.º0921007347191	7 899,78	7 899,78	0,00
CONDUTA ADUTORA A SUL DE VILA VIÇOSA EMP.N.º0921007346391	2 777,78	2 777,78	0,00
DEPOSITOS DE AGUA EMP. N.º0921007341291	11 111,11	11 111,11	0,00
1ºFUROS DE AGUA-EMP.N.º0921007345591	3 333,33	3 333,33	0,00
ALAMEDA DAS PISCINAS - EMP.N.º0921007342091	1 814,44	1 814,44	0,00
2º Furos de Água n.º0921007602091	1 861,12	0,00	1 861,12
Aqu.Imóvel-Rua Gomes Jardim,59,61,63 - V.V.-Casa Florbela Espanca-nº0921007405291	1 527,78	0,00	1 527,78
Arruamentos - n.º.0921002536191	0,00	0,00	0,00
ETAR V.V. - n.º. 000301159549096	24 416,70	24 965,12	-548,42
C.Cult./Mult/C.Mort/Bal.C.Fut. - n.º.9015006234591	405 041,02	473 289,14	-68 248,12
Arrelvamento Campo Futebol V.V. - nº.91400012898991	6 194,54	31 609,13	-25 414,59
1º Biblioteca Municipal - n.º9015004917991	99 999,09	132 669,15	-32 670,06
1ºConst./Instalação Contentores RSU e Ecopontos Subterrâneos - nº9015008217691	27 241,03	77 917,44	-50 676,41
Arrelvamento do Campo de Futebol de Bencatel - nº000304897434096	78 482,93	98 958,08	-20 475,15
Conduta de Água do Furo Nora Pardais - nº003200495672450	45 393,11	48 710,99	-3 317,88
Recup.Cine-Teatro Florbela Espanca - nº003200495672440	61 779,58	66 272,62	-4 493,04
Mini Bancada Praça Touros Pardais - nº 0921007348991	50 000,01	53 333,34	-3 333,33
2ºContentores RSU e Ecopontos Sub. - nº0921007344791	166 666,67	177 777,78	-11 111,11
ETAR's do Concelho - nº 0921007347191	118 496,66	126 396,44	-7 899,78
Conduta Adutora a Sul de Vila Viçosa - nº 0921007346391	41 666,66	44 444,44	-2 777,78
Depositos de Água - nº 0921007341291	166 666,67	177 777,78	-11 111,11
1ºFuros de Água - nº0921007345591	50 000,01	53 333,34	-3 333,33
Alameda das Piscinas - nº0921007342091	27 216,68	29 031,12	-1 814,44
Equipamento Águas - nº003200495737890	44 959,64	54 856,52	-9 896,88
2ºFuros de Águas - nº0921007602091	65 138,88	67 000,00	-1 861,12
Aqu.Imóvel-Rua Gomes Jardim,59,61,63 - V.V.-Casa Florbela Espanca-nº0921007405291	108 472,22	110 000,00	-1 527,78
3ºContentores RSU e Ecopontos Subterraneos	200 000,00	200 000,00	0,00
ETAR V.V. - n.º. 000301159549096	50 478,50	74 895,20	-24 416,70
De curto prazo	0,00	0,00	0,00
Contrato nº224139 - Viatura Recolha RSU	0,00	29 581,50	-29 581,50
Contrato nº223938 - Audi	0,00	0,00	0,00
Contrato nº224139 - Viatura Recolha RSU	0,00	2 234,57	-2 234,57
	<b>2 118 098,24</b>	<b>2 409 502,82</b>	<b>-291 404,58</b>

## 7. Estado e Outros Entes Públicos

Foram solicitadas as Certidões de Não Dívida da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tendo-se confirmado por esta via que o Município tem as suas situações tributária e contributiva regularizadas a data de 31 de dezembro de 2022.

## 8. Fornecedores

Mantem-se a divergência entre os saldos reportados pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a qual refere que a CMVV tem uma dívida de 264.474 euros, de acordo com a resposta dada no âmbito do processo de circularização. Este valor não consta do passivo do Município.

Da análise efetuada à documentação disponibilizada pelos serviços sobre o contrato de Eficiência Energética na Iluminação Pública, nomeadamente o ofício recebido dessa entidade, suportado por um parecer entidade POCALLENTEJO, Lda., datado de fevereiro de 2021, são Câmara de Vila Viçosa

Análise às Demonstrações financeiras do exercício de 2022

Y.P.  


ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

dadas orientações aos Municípios sobre a forma de reconhecer nas suas contas este contrato, atendendo a que não existiu cedência da posição contratual, conforme estava estabelecido no referido acordo.

Assim, as orientações dadas passariam pelo reconhecimento dos ativos de concessão nas contas da CIMAC, reconhecendo os Municípios um gasto diferido (ativo) por contrapartida de um passivo (diferimentos).

O passivo seria anulado à medida que os municípios pagam as respetivas faturas mensais.

O ativo seria desreconhecido durante os meses em que o acordo estaria em vigor (no parecer consideravam-se 135 meses).

O Município não seguiu as recomendações do referido parecer, não reconhecendo nem o ativo (gasto diferido) nem o passivo (diferimento), estando a relevar em gastos do período as faturas que vai pagando resultantes deste contrato (durante o ano são reconhecidos na conta 45.3.2.2.2, mas serão transferidos para gastos no final do ano).

Em 2022, o valor reconhecido em gastos resultante deste contrato totalizou 51.741,01 euros, na rubrica de transferências e subsídios concedidos.

**Diferimentos**

Na rubrica de diferimentos está influenciada por um recebimento de 450 mil euros, associados ao acordo celebrado com as Infraestruturas de Portugal, S.A., no seguimento da integração do troço da estrada EN254, entre os km's 0.783 e o km 9.645. O valor recebido pelo Município é para efeitos de comparticipação nas reparações necessárias nesse troço e após indagação junto do Município não existem obras de beneficiação alocadas a esta verba.

**FUNDOS PATRIMONIAIS**

As variações na rubrica de Fundos Patrimoniais neste semestre foi a seguinte:

Conta	Rubrica	31.12.2022	31.12.2021	Varição
511	Balço inicial	29.953.948,50	29.953.948,50	0,00
5521	Reservas Livres	3.761,19	3.761,19	0,00
55291	Usucapião	113.070,00	113.070,00	0,00
55299	Outras Reservas	28.859,23	28.859,23	0,00
561	De períodos anteriores	-13.393.129,94	-13.105.235,71	-287.894,23
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-2.089.391,46 €	-2.571.447,95	482.056,49
5931191	Parque de Autocaravanismo	30.058,38		30.058,38
59314111	Reabilitação/Substituição de Equipamentos da ETAR de Vila Viçosa	0,00	0,01	-0,01
59314113	ETAR de Bencatel	142.800,00	147.000,00	-4.200,00
59314121	Centro Multiusos de S.Romão - ALENT-09-0241-FEDER - 002226	141.312,50	145.350,00	-4.037,50
59314122	Museu do Mármore - 1ª fase	123.080,59	126.082,56	-3.001,97
59314123	Casa da Cultura de Bencatel	180.270,53	184.520,57	-4.250,04
59314124	ALT20-08-2316-FEDER-000050 - REABILITAÇÃO D	33.050,75		33.050,75
5931413	Extensão de Saúde de Bencatel - ALENT-08-0348-FEDER-001533	179.234,50	183.402,74	-4.168,24
5931414	Parque de Pesados-Trat.Florestação de Solos	199.090,62	205.726,97	-6.636,35
5931416	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL D	33.783,75	34.520,85	-737,10
5939111	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.282.677,00	849.281,00	433.396,00
5939112	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	426.182,00	300.649,00	125.533,00
5941	Em numerário	56,31		56,31
5942	Em outros ativos	3.397.680,86	13.738,23	3.383.942,63
5971	Obtidas	1.224.206,90	1.224.206,90	0,00
		<b>22.010.602,21</b>	<b>17.837.434,09</b>	<b>4.173.168,12</b>

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

*Handwritten signature/initials*

A variação reflete a aplicação dos resultados líquidos negativos de 2021, no valor de 287.894,23 euros, assim como os recebimentos no semestre do FEF e do duodécimo relativo ao art.35º da Lei nº 73/2013.

Na conta 564- *Ajustamentos de transição para o SNC-AP* estão refletidos os ajustamentos efetuados no âmbito da transição, que se detalham de seguida:

OBSERVAÇÕES	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
<b>Ajustamentos de transição 56,4</b>	<b>2.571.447,95 €</b>		<b>2.571.447,95 €</b>
Valorização de bens imóveis de acordo com Comissão de Avaliação e C.I.nº 45/2023	21.960,12 €	1.143.802,90 €	1.449.605,17 €
REGULARIZAÇÃO DO VALOR DOS CUSTOS REFERENTES AO ABATE DOS BENS EDIFÍCIO DA GNR E DA MÚSICA, NA SEQUÊNCIA DO PROCESSO DE REAVALIAÇÃO (CI 45/2022) PARA AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	911.616,43 €	€	2.361.221,60 €
REGULARIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS NL 5623 E 5624 DA 56.2 PARA A 56.4 AJUSTAMENTOS	- €	271.830,14 €	2.089.391,46 €
	<b>3.505.024,50 €</b>	<b>1.415.633,04 €</b>	<b>2.089.391,46 €</b>

Os bens imóveis que foram atualizados ao VPT e efetuada a separação entre terreno e edifício foram os seguintes:

Imóvel	Valor VPT
Antiga escola - Biblioteca -Bencatel	43 355,44
Lavadouro Bencatel	26 125,90
Escola da aldeia da Freira Bencatel	22 298,27
EB1 S. Romão	153 407,52
Lavadouro Covões	12 911,72
Matadouro	31 871,00
Escola de Pardais	65 768,43
Reservatório Varandinhas- Alto de S. Bento	234 520,14
Edifício Rua Florbela Espanca Musica	57 706,30
Edifício Rua Florbela Espanca Musica	50 770,29
Edifício Rua Florbela Espanca Musica	157 710,34
Edifício GNR Vila Viçosa	48 582,60
Edifício GNR Vila Viçosa	111 792,00
Edifício GNR Vila Viçosa	120 196,80
Edifício GNR Vila Viçosa	18 726,75

No que diz respeito à conta 5942 - *Doações obtidas*, foram reconhecidos imóveis, na sequência do processo de transferência de competências para o Município - o Edifício do Centro de Saúde de Vila Viçosa pelo seu VPT, no montante de 2.053.284,21€ e o Edifício do EB2 D João IV Vila Viçosa, pelo seu VPT no montante de 1.179.730,00€.

MR  
L

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

c. Principais rubricas da Demonstração de Resultados

**1. Prestação de serviços e concessões**

A Rubrica prestação de serviços e concessões teve uma variação face ao período homologo no total de 74.753 euros, de acordo com o quadro abaixo:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
7120	Publicações e impressos	801,47	993,39	191,92
7130	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	1.461,88	1.461,88
7203	Serviços específicos das autarquias locais	813.763,70	790.561,79	-23.201,91
7205	Concessões	398.783,87	389.333,17	-9.450,70
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	47,17	0,00	-47,17
7299	Outros serviços	153.524,96	109.818,33	-43.706,63
	<b>Total</b>	<b>1.366.921,17</b>	<b>1.292.168,56</b>	<b>-74.752,61</b>

As rubricas que mais contribuíram para esta variação foi a #7203- Serviços específicos das autarquias locais e a #729 – Outros serviços.

O aumento dos Serviços Específicos das autarquias locais deve-se ao aumento da faturação das Águas e o aumento das Senhas de refeições escolares, justificada pelo desconfinamento.

A variação dos Outros Serviços deve-se maioritariamente às Renda de Habitações e Outros Edifícios onde efetuaram atualizações significativas nas rendas das habitações sociais e à conta de Outros onde houve o aumento da quota da Universidade Sénior e aumentos dos produtos vendidos nos museus, que são justificadas também pelo desconfinamento e consequentemente maior afluência de pessoas.

Damos nota que relativamente às Águas, trata-se da venda de um bem, que na execução orçamental da receita está a ser executada como vendas. Na demonstração de resultados o montante surge como a prestação de um serviço. Recomendamos que seja analisada esta situação.

**2. Impostos e Taxas**

Esta rubrica contempla receitas decorrentes essencialmente dos Impostos Diretos e indiretos. Nesta rubrica houve um aumento significativo face ao período homologo, de acordo com o quadro abaixo:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
7010	Impostos diretos	1.092.934,38	1.011.496,48	-81.437,90
7021	Impostos indiretos	661.715,13	619.818,98	-41.896,15
7040	Taxas, multas e outras penalidades	174.055,64	128.475,11	-45.580,53
	<b>Total</b>	<b>1.928.705,15</b>	<b>1.759.790,57</b>	<b>-168.914,58</b>

A variação deve-se em grande parte ao aumento imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

Para analisar a rubrica procedemos ao cruzamento entre o valor dos impostos reconhecidos na contabilidade e as guias dos respetivos, não foram identificadas situações alvo de reporte.

Foi igualmente aplicado o pressuposto do acréscimo, tendo sido efetuado o reconhecimento da estimativa do IMI relativo a 2022, a ser cobrado em 2023.

### 3. Transferências e subsídios obtidos

O Município contabiliza nesta rubrica os proveitos relativos às transferências decorrentes do Orçamento de Estado. A rubrica apresenta uma variação positiva de cerca de 1.191.000 euros face ao período homólogo, como pode verificar-se no quadro abaixo:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
751113	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3.900.569,00	3.983.161,00	-82.592,00
751114	Fundo Social Municipal (FSM)	165.053,00	149.056,00	15.997,00
751115	Participação no IRS	173.488,00	219.178,00	-45.690,00
751116	Transportes escolares	4.480,03	3.494,96	985,07
751117	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1.221.877,91	0,00	1.221.877,91
751118	Participação do IVA	45.916,90	73.992,23	-28.075,33
7511191	STAPE - DGAI - SGMAI	4.251,95	5.879,63	-1.627,68
7511199	Outros	93.960,06	28.299,25	65.660,81
7511291	Acordo de Colaboração - DGEST	41.129,34	97.412,37	-56.283,03
7511292	IFAP-Ministério da Agricultura - Regime Fruta Escolar	1.302,26	1.310,97	-8,71
7511293	ICNF-INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS	27.958,00	13.979,00	13.979,00
751151	Programa Ocupacional	26.042,21	12.875,74	13.166,47
751152	Instituto de Segurança Social - CPCJ	11.849,52	11.849,52	0,00
751153	Gabinete de Inserção Profissional - GIP	7.179,84	9.478,30	-2.298,46
751154	Outros	34.986,11	0,00	34.986,11
7512	Instituições sem fins lucrativos	3.000,00	0,00	3.000,00
75141	FEDER	38.000,00	0,00	38.000,00
	<b>Total</b>	<b>5.801.044,13</b>	<b>4.609.966,97</b>	<b>1.191.077,16</b>

Nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, está estabelecido que no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, são previstos os recursos financeiros a atribuir a essas entidades para o exercício das novas competências (artigo 5º n.º 2). Mais refere que o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais considera o acréscimo de despesa em que estas incorrem pelo exercício das competências transferidas e o acréscimo de receita que decorra do referido exercício.

Neste âmbito, a CMVV efetuou um acréscimo de rendimentos associado ao gasto que especializou com recursos humanos, para férias e subsídio de férias, a pagar em 2023. O montante especializado foi de 106.344,76 euros, na rubrica de Outros Acréscimos de Rendimentos. Desta forma, o efeito em resultados é nulo.

Efetuamos o cruzamento entre os valores espelhados no Mapa de Transferências Obtidas efetuado pelo Município, com os valores reconhecidos na contabilidade.

As transferências que advêm da Lei OE 2022 efetuamos um cruzamento direto com os valores reconhecidos na contabilidade.

### 4. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos face ao período homólogo evidencia um aumento de cerca de 46 mil euros.

M.R.  
R. Z.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
7815	Desempenho de atividades noutras entidades	0,00	-297,72	297,72
7819	Outros rendimentos suplementares	-39.658,88	-4.854,59	-34.804,29
7849	Ganhos em inventários - Outros	-4.066,79	-3.063,32	-1.003,47
7869	Outros Rendimentos nos restantes ativos financeiros	-624,77	-800,25	175,48
7871	Alienações	-126.154,25	0,00	-126.154,25
7879	Outros rendimentos	-101,62	-760,00	658,38
7881	Correções relativas a períodos anteriores	-78.958,16	-157.246,46	78.288,30
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	-28.719,95	-65.867,74	37.147,79
7889	Outros não especificados	-612,08	-5,36	-606,72
	<b>Total</b>	<b>-278.896,50</b>	<b>-232.895,44</b>	<b>-46.001,06</b>

O Município alienou durante o ano 2022 o património identificado no quadro abaixo, gerando os seguintes rendimentos, justificando o aumento da rubrica.

Descrição	Montante
ALIENAÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA CONSTITUIÇÃO, N.º 27 - DELIBERAÇÃO 02/12/2021	€ 41 974,29
ALIENAÇÃO DE PREDIO SITO NA RUA ALFERES MARCELINO N.º 13,15 E 15 a	€ 35 000,00
ALIENAÇÃO DE FOGO DE HABITAÇÃO SOCIAL SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, N.º 44 - DELIBERAÇÃO - 2/12/2021	€ 38 366,96
ALIENAÇÃO DE PREDIO SITO NA RUA DA ESCOLA, ARTIGO 722 PARDAIS - DELIBERAÇÃO 27/12/2021	€ 2,00
	<b>€ 115 343,25</b>

##### 5. Fornecimentos e Serviços externos (FSE's)

A rubrica apresenta uma variação positiva de cerca de 366.127 euros face a 31 de dezembro de 2021, de acordo com a tabela abaixo:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
621	Subcontratos	301.650,63	228.350,28	73.300,35
622	Serviços Especializados	630.021,99	627.080,82	2.941,17
623	Materiais	55.611,31	26.261,10	29.350,21
624	Energia e fluidos	491.980,20	267.407,17	224.573,03
625	Deslocações, estadas e transportes	6.345,79	1.810,85	4.534,94
626	Serviços Diversos	866.549,38	835.122,40	31.426,98
	<b>Total</b>	<b>2.352.159,30</b>	<b>1.986.032,62</b>	<b>366.127</b>

Da revisão analítica efetuada à rubrica de FSE's verificamos que um aumento de 18%, justificada em grande parte pelo aumento na rubrica da energia e fluidos mais concretamente na eletricidade. Esta variação deve-se ao aumento do custo da luz e principalmente aos novos custos suportados das escolas e Centro de saúde de acordo com as novas Delegações de Competências.

Sobre esta rubrica, recomendamos que, tal como preconizado nas notas de enquadramento do referencial contabilístico, a conta de 'Serviços diversos – outros' seja assumida como de carácter residual no contexto das aquisições de serviços cuja classificação não tenha enquadramento nas contas anteriores. Em 31/12/2022 esta conta representava 37% do total dos FSE's.

Handwritten signature/initials.

## 6. Gastos com pessoal

Esta rubrica contempla as remunerações ao pessoal e respetivos encargos a cargo da entidade patronal efetivados em 2022. Em comparação com o período homólogo, verifica-se um aumento na rubrica de remunerações de pessoal em 39%, no montante de 1.178.293 euros:

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	Δ
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	132.824,86	118.972,59	118.972,59
632	Remunerações do pessoal	3.092.340,08	2.237.341,44	2.237.341,44
634	Indemnizações	1.270,00	230,63	230,63
635	Encargos sobre remunerações	824.885,12	525.515,23	525.515,23
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	20.743,65	24.179,12	24.179,12
638	Outros gastos com o pessoal	80.159,12	67.991,55	67.991,55
639	Outros encargos sociais	31.061,38	30.944,38	30.944,38
	<b>Total</b>	<b>4.183.284,21</b>	<b>3.005.174,94</b>	<b>1.178.109,27</b>

Esta variação prende-se com os encargos com o pessoal na sequência do processo de transferência de competências em 2022 (março educação e junho a saúde), bem como com a subida do salário mínimo nacional.

No que diz respeito aos titulares de órgãos autárquicos verifica-se a presença de mais um vereador a tempo inteiro (desde outubro de 2021), bem como por inerência do aumento do vencimento do Presidente da República em 2022, também sofreram aumentos os titulares de órgãos autárquicos.

Os nossos testes incluíram a seleção de uma amostra de 30 funcionários e, para cada um deles, verificámos o seu processo individual de trabalho e recalculámos os montantes respeitantes ao processamento salarial dos meses de junho, agosto e novembro. Não foram identificadas exceções a reportar.

*M. R.*

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**7. Transferências e subsídios correntes concedidos**

Nesta rubrica são registados os valores de transferências e subsídios atribuídos pelo Município a diversas entidades como as Juntas de Freguesias, Instituições sem fins lucrativos, entre outras. No decorrer do ano de 2022 foram realizadas transferências no valor de 1.024.739 euros registando-se assim um aumento de 173.378 euros face ao período homólogo.

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
60131	Associações de Municípios	325.816,26	283.218,20	42.598,06
60135	Freguesias	99.274,67	34.946,78	64.327,89
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	422.029,93	433.305,02	-11.275,09
6016211	Ação Social Escolar	5.387,94	5.206,07	181,87
6016212	ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS	5.375,46	1.380,00	3.995,46
601622	Bolsas	37.870,00	30.900,00	6.970,00
6016291	Programa de Inserção	34.303,80	11.884,48	22.419,32
6016292	Cartão Jovem+	35.750,00	42.750,00	-7.000,00
6016293	PRÉMIOS	2.950,00	4.250,00	-1.300,00
6016294	EAMA-Emprego Apoiado em Mercado Aberto para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	47.850,00	0,00	47.850,00
6019	Outros	2.632,00	3.507,00	-875,00
604311	CIMAC-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	5.499,11	13,85	5.485,26
	<b>Total</b>	<b>1.024.739,17</b>	<b>851.361,40</b>	<b>173.377,77</b>

O aumento da rubrica resulta essencialmente da variação positiva verificada na #60135 – Freguesias, em grande parte consequência do processo de transferência de competências em 2022 uma vez que foram aumentados os valores dos protocolos para fazer face as novas competências nas Freguesias.

Outras duas rubricas que contribuem para o aumento referido é a #6016294 – EAMA e a #6016291- Programa de Inserção resultante do aumento dos programas existentes.

Também houve uma variação notável na #60131 – Associações que se deve a um pagamento adicional aos CIMAC, uma vez que houve esforços para se entrar em acordo no âmbito da dívida de anos anteriores da CMVV para os CIMAC.

**8. Outros Gastos**

A rubrica dos outros gastos é constituída maioritariamente pelos abates onde verificou-se uma variação negativa de cerca de 275.835 euros face ao período homólogo.

Conta	Descrição	31.12.2022	31.12.2021	<>
6811	Impostos diretos	1.194,81	0,00	1.194,81
6813	Taxas	95.552,95	71.116,79	24.436,16
6849	Perdas em inventários - Outras	6.704,37	7.066,62	-362,25
6873	Abates	52.315,27	334.333,43	-282.018,16
6881	Correções relativas a períodos anteriores	7.464,20	17.098,36	-9.634,16
6889	Outros não especificados	1.141,55	10.593,28	-9.451,73
	<b>Total</b>	<b>164.373,15</b>	<b>440.208,48</b>	<b>-275.835,33</b>

Esta variação deve-se ao processo de levantamento e análise exaustivo do estado dos bens do município que foi efetuado no decorrer de 2022 e que deu lugar a 52 mil euros em abates de bens.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

*Handwritten signature/initials*

De acordo com a tabela abaixo podemos verificar os bens abatidos:

CONTA	N.º Doc.	OBSERVAÇÕES	DÉBITO	CRÉDITO	Saldo
6873	1846	ABATE DE DIVERSO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	168,75	168,75	0,00
6873	1846	ABATE DE DIVERSO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	347,05	347,05	0,00
6873	1847	ALIENAÇÃO HAB SOCILA - RUA DA CONSTITUIÇÃO, N.º 27	13.635,89	3.732,77	9.903,12
6873	1848	ESCRITURA DE COMPRA E VENDA	35.000,00	612,50	34.387,50
6873	2620	ALIENAÇÃO À UNITATE DE ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR ART.º 722 PARDAIS	58.594,73	58.594,73	0,00
6873	2622	ABATE DE COLUNAS DE SOM DE A CORDO COM O DESPACHO DO SR.PRESIDENTE DE 5/5/2022	4.341,92	4.341,92	0,00
6873	2627	ESCRITURA DE COMPRA E VENDA AOS 24/05/2022 RUA 5 OUTUBRO,44	10.908,71	3.027,29	7.881,42
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	1.927,64	1.927,64	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	5.536,74	5.536,74	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	20.521,95	20.521,95	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	22.767,38	22.767,38	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	21.630,90	21.630,90	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	7.557,18	7.557,18	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	12.293,57	12.293,57	0,00
6873	5910	ABATE DE VIATURAS E MAQUINAS CONFORME DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	2.750,00	2.606,77	143,23
6873	6001	ABATE DE DESUMIFICADOR DESPACHO 26/12/2022	123,26	123,26	0,00
6873	6325	Abate dos bens n.ºs 5,830,21,18,216,7379,121 por despacho do Sr.Presidente	74,82	74,82	0,00
6873	6325	Abate dos bens n.ºs 5,830,21,18,216,7379,121 por despacho do Sr.Presidente	1.011,56	1.011,56	0,00
6873	6325	Abate dos bens n.ºs 5,830,21,18,216,7379,121 por despacho do Sr.Presidente	212,30	212,30	0,00
<b>Total</b>			<b>219.404,35</b>	<b>167.089,08</b>	<b>52.315,27</b>

## VII. Norma de Controlo Interno

A norma de controlo interno em vigor no Município, embora já tenha tido uma atualização, carece de nova revisão, ajustando-se para o novo normativo contabilístico. De referência relevante todos os processos associados ao património, área que de facto teve maior alteração em termos de referencial contabilístico.

Recomendamos, assim, a sua atualização e diligencias para posterior implementação.

## VIII. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

O Município tem disponível no seu site o plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, dando cumprimento à Recomendação de 1 de julho de 2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Esta entidade determina a elaboração de planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas por todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos e estabelece a elaboração anual de um relatório sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. O Município não está a elaborar este relatório de execução para a totalidade dos departamentos nele envolvidos.

Recomenda-se uma revisão das orientações dada por esse organismo e atualização do plano tendo em conta as diversas matérias que têm vindo a ser objeto de atualização.

ARR.  
Z

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

IX. Considerações Éticas

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e do IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria.

A avaliação de ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente ao requisito de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Neste contexto, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

X. Discussão do trabalho efetuado com o órgão de gestão

O conteúdo do presente relatório foi analisado conjuntamente com os responsáveis do departamento financeiro antes da sua assinatura.

Finalmente, desejamos agradecer aos Serviços do Município de Vila Viçosa toda a colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Lisboa, 19 de abril de 2023

**Antunes Rodrigues & Célia Custódio SROC, Lda.**

Representada por:

*Célia Maria Pedro Custódio*

---

Célia Maria Pedro Custódio

ROC n.º 1286

CMVM n.º 20160897